

Ashjan Sadique Adi
Fábio Bacila Sahd
(Orgs.)

ORIENTE MÉDIO E PALESTINA PESQUISADOS A
PARTIR DO BRASIL: REFLEXÕES ACADÊMICAS,
MARGINAIS E CRÍTICAS

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações

2020



NAVEGANDO

O ISLÃ POR JOÃO RIBEIRO (1918)*

Felipe Yera Barchi¹

Introdução

“Era um temperamento nervoso e tinha alucinações de epilético [Maomé]; por vezes pensou em suicidar-se, tal era a melancolia que o dominava”².

Nossa pesquisa de mestrado³, bem como os estudos de João Bertolini⁴ e Ana Gomes de Souza⁵ apontam para um padrão longo de representações do Islã na literatura escolar brasileira marcado pelo signo do Orientalismo⁶. Ainda que os conteúdos dos livros didáticos não sejam estáticos e estejam em contínua mudança, podemos observar um certo núcleo estável ao longo do século XX no que tange aos manuais de História. Isso posto, atribuímos à *cultura escolar* a lentidão com que os currículos e manuais de História mudam. Tomamos essa noção do espanhol Antonio Viñao para quem cultura escolar se define por “um conjunto de teorias, ideias, princípios, normas, pautas,

* DOI - 10.29388/978-65-81417-18-5-0-f.331-344

¹ Doutor em História pela Unesp – FCL Assis

² RIBEIRO, João. *História Universal*. Jacintho Ribeiro dos Santos: Rio de Janeiro, 1918, p. 147.

³ Realizada no departamento de História da Unifesp entre 2012 e 2014 sob a orientação do professor Antônio Simplício de Almeida Neto e publicada pela Novas Edições Acadêmicas em 2017 (ver referências bibliográficas).

⁴ BERTOLINI, João. A interpretação do Outro: a ideia de Islã no ensino de História. Dissertação de Mestrado em Educação – UFPR: Curitiba, 2011.

⁵ SOUZA, Ana Gomes de. *O Islã nos livros didáticos de história de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental no período de 1985 a 2004*. Dissertação de mestrado em História – FFLCH USP: São Paulo, 2004.

⁶ Baseamo-nos na clássica definição de Edward Said: *O Orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o “Oriente” e (na maior parte do tempo) o “Ocidente”* (SAÍD, 2007, p. 29).

rituais, inércias, hábitos e práticas (formas de fazer e pensar, mentalidades e comportamentos) sedimentadas ao longo do tempo em forma de tradições, regularidades e regras de jogo – tácitas –, e compartilhada por seus atores, no seio das instituições educativas” (VIÑAO, 2002, p. 73).

Assim, é de suma importância nos determos sobre os primeiros livros didáticos brasileiros de História, pois eles dão início a uma tradição que tende a se repetir por décadas. Para tanto temos de fazer uma regressão ao início do século XX.

Na virada do século XIX para o XX havia uma importante circulação de livros escolares de origem europeia no Brasil e as razões para isso eram tanto culturais quanto comerciais. Os livros franceses aportavam em grande quantidade, com bons preços, escritos na língua da moda da *Belle Époque* e tudo isso facilitava seu uso. O fato dos brasileiros estarem mais ligados à cultura e literatura francesas também endossava seu uso⁷. Um dos nossos mais afamados críticos literários do começo do século expõe: “a França é a grande fonte literária de todos países latinos e Paris é o meridiano de nossa literatura. Os outros povos chegam até nós através da França, que é o intérprete mais acreditado de russos, escandinavos, ingleses e teutões” (RIBEIRO, 1929, p. 1).

Outro aspecto a ser considerado são as estatísticas escolares do Brasil naquele momento: a população escolar do país não passava de 5%, sendo o nível *Secundário* – do qual nos ocupamos aqui – ainda mais restrito. No entanto, convém destacar que a despeito das modestas cifras, o mercado livreiro passava por uma expansão baseada no aumento da escolarização⁸.

⁷ Ainda cabe ressaltar que havia um grande número de livros franceses traduzidos e mesmo alguns livros brasileiros eram impressos na França pelos fatores mercadológicos – ver BITTENCOURT, 2008, p. 120-133.

⁸ Lawrence Hallewell (2012, p. 314) aponta: “Os últimos vinte anos do Império testemunharam alguma melhora [...] com a duplicação do número de escolas de 3561 para 7500, e o aumento de 1,2 para 2,1% na proporção de escolares comparada à população”.

Portanto, devemos advertir que o produto em análise nesse estudo – *História Universal* (1918) de João Ribeiro – circulava entre uma elite muito rarefeita que lecionava ou frequentava o nível *Secundário* da época. Esses alunos possuíam uma boa condição socioeconômica e aspiravam cargos e vagas também destinados a um ínfimo escol nas profissões liberais ou no aparelho estatal. Assim, não causa surpresa que se usasse livros franceses ou ingleses para o estudo da História. No Colégio Pedro II, por exemplo, ainda estavam presentes na grade curricular o Latim e o Grego, além das línguas estrangeiras modernas.

O entusiasmo pela língua de Racine e Victor Hugo era tamanho que Olavo Bilac, um dos grandes poetas e cronistas do período, dedica um texto ao que chamou de *galomania*:

A mania está entranhada tão fundo, que já não é possível extirpá-la. Nas casas de família, é ver o entusiasmo com que é recebido o pirralho que volta da escola com uma provisão de quatro ou cinco frases francesas: o pai, com a face iluminada, delira; a mamãe, com os olhos úmidos, quase morre de gosto; e a cozinheira vem do fundo da cozinha, e, encostada no umbral da porta, com as mãos cruzadas sobre o avental encarvoado, fica embevecidamente pasmada diante do precocinho (BILAC, 2011, p. 69).

Pelo prestígio cultural confiado aos europeus, sobretudo aos franceses, era natural que se adotassem os manuais de História Universal que vinham do hexágono⁹, sobretudo porque eles também eram atrativos do ponto de vista financeiro. Isso explica a grande circulação que tiveram manuais como o *Histoire Générale* de Victor Duruy, bem como o de Charles Seignobos. Esse quadro só viria a se alterar com a Grande Guerra (1914-1918). A inviabilização das comunicações e escoamento da produção da poderosa indústria editorial francesa gera a oportunidade para que autores brasileiros escrevam livros de História

⁹ Referência ao formato da parte europeia do território francês – excluindo os territórios ultramarinos.

Universal. Antes disso o comum era que os escritores nacionais fizessem apenas História do Brasil¹⁰.

Com a oportunidade aberta pela catástrofe mundial, os livreiros-editores brasileiros passam a convidar autores nacionais para essa tarefa. João Ribeiro, por exemplo, é convidado por Jacintho Ribeiro dos Santos. Outro nome que aceitou a tarefa na época foi o historiador, crítico literário, imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) e ex-diplomata Oliveira Lima. No entanto, nos concentraremos no primeiro autor mencionado.

João Ribeiro foi um típico autor de livros didáticos da virada do século XIX para o XX. Também era membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico e professor do Colégio Pedro II. Essas credenciais indicam o status dos autores de livros didáticos do começo do século: intelectuais de grande nomeada e professores das principais instituições do país.

Vale ressaltar que durante o século XIX e nas primeiras décadas do XX, o Colégio Pedro II era considerado pela lei como “modelar”, ou seja, seu currículo deveria ser seguido por todos os outros congêneres do país. Desse modo, os professores dessa instituição eram os mais procurados pelos editores e também pelos compradores de livros didáticos, o epíteto “professor do Colégio Pedro II” que acompanhava o nome dos autores nas capas dos manuais do período era sinal de prestígio e estratégia de marketing.

Outra característica importante da época era a polivalência dos autores, Ribeiro iniciou escrevendo didáticos de Gramática e Língua Portuguesa. Passou aos domínios de Clio apenas depois de assumir tal cadeira no Colégio Pedro II no ano de 1890. Logo em 1892, o escritor lança *História Antiga – Oriente e Grécia*, em 1900, publica *História do Brasil* e em 1918 vem a lume seu já citado *História Universal*.

¹⁰ Conforme relata Circe Bittencourt (2008, p. 124) alguns nacionais traduziam com alguma liberdade compêndios franceses, no entanto História do Brasil e Geral eram tratadas como disciplinas diferentes e assim o Islã só se apresentava na segunda.

O autor conseguiu feitos interessantes em termos de venda de manuais. Em 1917, por ocasião da morte do seu amigo e editor Francisco Alves, comenta:

Não é vanglória de minha parte dizer que contribuí com muito mais que uma gota de água para a sua caudalosa fortuna. Das cento e cinquenta edições dos meus livros didáticos, correram e ainda correm muito perto de um milhão de exemplares. Mas não murmuro uma queixa. Tudo isso foi a obra do editor, do comerciante genial, que sabia tirar do vil estrume a flor radiante¹¹.

Francisco Alves foi um livreiro que obteve excelentes resultados financeiros com a venda de livros escolares no período aqui em pauta. Ao morrer em 1917, legou substancial fortuna para a Academia Brasileira de Letras que naquela altura não tinha a pompa dos anos vindouros. Não tinha sede própria, nem recursos, nem mesmo o seu fardão símbolo. A fortuna de Alves seria importante pilar para a agremiação que anos depois viria a ganhar do governo francês o *Petit Trianon* e daí por diante se tornar uma instituição cada vez mais sólida.

É a partir desse contexto de circulação que devemos ler o *História Universal* de João Ribeiro.

O Islã na História Universal

O livro realmente tem o formato de manual, 15X22 cm, conta com 355 páginas das quais 140 são dedicadas a assuntos de História Antiga e Roma fica com 80 dessas páginas. Tributário de uma época em que se valorizava muito os clássicos greco-romanos nas mais diferentes esferas – vide por exemplo o neoclassicismo na pintura e o parnasianismo na poesia – de par à crença no progresso da ciência obtido pelas potências da Europa Ocidental, o manual adota uma perspectiva eurocêntrica. Mais precisamente, poderíamos destacar que se trata de uma visão centrada no protagonismo anglo-francês.

¹¹ In LEÃO, Mucio. *João Ribeiro*. Livraria São José: Rio de Janeiro, 1962, p. 41.

João Ribeiro era um notório filólogo e tinha potencial para explorar as relações entre árabes, muçulmanos e os ibéricos, por exemplo, todavia, adotou a estrutura francesa de abordagem. O Islã aparece na Idade Média com sua rápida expansão pelas regiões circundantes e domina a Península Ibérica. Essa narrativa ocupa seis páginas. O título dado ao capítulo é “Maomé e o Islamismo – A Invasão dos Árabes”. Uma observação importante a se fazer é que o livro é ilustrado e inaugura uma iconografia do Islã que viria a se tornar lugar-comum dos didáticos. Uma foto 9x10 cm é posicionada ao centro da página 148, nela se vê a Caaba provavelmente em época de Raji, pela multidão que se aglomera na cena. Já na página 151, uma foto 9x9cm da Mesquita de Córdoba. As duas imagens são recorrentes em livros didáticos atuais (RIBEIRO, 1918, p. 147).

A narrativa de João Ribeiro sobre o Islã começa por descrever a Arábia do século VII e os primeiros passos de Maomé. Cabe destacar que entre parênteses o autor explica que o nome mais correto para o profeta é “Mohammed”. Após isso, comenta o casamento com a rica viúva Kadija e aponta que ao completar quarenta anos o profeta se entregara a meditações profundas e “sonhava reabilitar seu povo dando unidade política às tribos errantes e criando uma religião nova” (idem, p. 148). Além disso, Ribeiro esboça as linhas gerais do temperamento do profeta apresentadas em nossa epígrafe inicial.

Dando sequência, o escritor passa pelos episódios clássicos da História do Islã, como as revelações do anjo Gabriel. Expõe que Islã significa “submissão” e “a doutrina era um remoque ao cristianismo que admitia um filho de Deus” (idem, p. 148-149). Narra a “fugida” de Meca para a Medina feita pelo profeta e que é o marco inicial do calendário dos “maometanos” (idem, p. 149). Em seguida explica a expansão muçulmana:

O apóstolo da nova religião tornou-se rude guerreiro e declarou a guerra sagrada a todos os inimigos do Islã. Era inevitável. A unidade política e religiosa em países tão divididos de tribos e de população

descontínua, não era problema para à semelhança do cristianismo ser resolvido pelo sacrifício e apostolado. Era a espada e sangue; enfim a guerra em nome de Deus parecia ser o único instrumento de propagação (idem, ibidem).

Numa narrativa um pouco confusa em relação aos episódios do início do Islã, o autor prossegue entrelaçando a vida de Maomé e os primórdios da nova religião:

E durante séculos a guerra santa conflagrou a Arábia e os países vizinhos. Toda a Arábia foi conquistada; Meca abriu as portas para a peregrinação obrigada de todos os muçulmanos, e na sua cidade natal Maomé entrou, à frente de dez mil fanáticos. Os trezentos ídolos da Caaba foram feitos pedaços ao clamor da turba: Deus é Deus e Maomé é o seu profeta. O prestígio de Maomé era imenso e, todavia, nunca pretendeu fazer milagres e nem aceitou a pompa da realeza. Era sóbrio e abstinente; bastavam-lhe o leite e o mel, as tâmaras e a água. O profeta teve 17 mulheres e o que é singular, todas exceto uma (Aixa, filha de Abu Beker) eram viúvas, e nenhuma delas existiu enquanto foi viva Kadija (idem, ibidem).

Mais à frente, João Ribeiro esboça os pontos fundamentais da doutrina islâmica. Os livros didáticos das últimas décadas comumente usam a rubrica dos “cinco pilares do Islã” (BARCHI, 2017) para a mesma matéria, mesmo não usando esse título, o professor do Colégio Pedro II apresenta um parágrafo no mesmo estilo:

A doutrina de Maomé, o Islã, é a crença em Deus, a veneração dos patriarcas do judaísmo, Adão, Noé, Moisés, Abraão, Jesus Cristo; mas acima de todos estava Maomé. A oração, a esmola ou caridade, a hospitalidade, o jejum e abstinência no mês de Ramadã (quaresma), a peregrinação a Meca uma vez na vida pelo menos, são deveres canônicos; a crença num só Deus, na imortalidade e na ressurreição e juízo final, no inferno e no paraíso, marcam pontos fundamentais do islamismo.

De volta ao tema da expansão islâmica, Ribeiro aponta:

A obra de Maomé teve rápida e maravilhosa expansão. Acordou os instintos guerreiros do seu povo e acenou-lhe com a conquista do paraíso reservado aos guerreiros, e a própria ambição das riquezas. Em breve, os primeiros Califas, sucessores do profeta, apossaram-se dos países vizinhos (RIBEIRO, 1918, p. 150).

Outra observação a se fazer é que o manual de João Ribeiro traz uma segmentação nas páginas. Há dois tipos de textos, um geral, predominante, no qual se usa uma fonte maior, que é destinado aos alunos; outro que se constitui de pequenos trechos, em fonte menor, dedicado a detalhes, curiosidades, voltado para professores ou diletantes. No capítulo em questão, por exemplo, temos um texto desse tipo na página 150, no qual Ribeiro esclarece a composição do Corão e outro na página 151, no qual o autor comenta aspectos culturais dos muçulmanos como os avanços na ciência, matemática e filosofia, a transposição de plantas do Oriente para a Europa como o arroz e a cana de açúcar, e ainda aspectos literários – *As mil e uma noites* e *As aventuras de Simbá, o marujo* – e filológicos.

Concluindo o capítulo, João Ribeiro aponta que “o domínio árabe na Europa não se distinguiu pelo despotismo; ao contrário, foi tolerante, confraternizou com o cristianismo, e os dominadores fundiram-se com as populações conquistadas” (idem, p. 152).

Consideração Finais

Não podemos dizer que no texto de João Ribeiro predomine o caráter depreciativo em relação ao Islã ou que tenha sido escrito com esse intuito. Sem dúvidas, o livro traz alguns equívocos, mas nada que destoe dos livros didáticos atuais. Muito livros do século XXI insistem em traduzir *jihad* como “guerra santa” (BARCHI, 2017, p. 71) e se mantém parecidos a uma tradição da qual o autor em questão é elo importante.

Fazendo parte da primeira geração de professores-historiadores brasileiros que produziram manuais de História Universal, podia-se esperar maior originalidade de João Ribeiro. Outro livro do mesmo autor, *História do Brasil*, lançado inicialmente para o *Primário* conquistou sucesso de crítica a ponto de ganhar uma versão mais robusta, acadêmica (intitulada *Curso superior*), em menos de seis meses. Embora fosse um manual, esse livro ganhou a atenção dos historiógrafos da época por sua originalidade na interpretação da história nacional. Porém, não foi o que ocorreu com *História Universal*.

Logo na primeira página o autor apresenta uma *Advertência*:

As *Lições de História Universal* foram compiladas e resumidas segundo os melhores autores didáticos que escreveram nesta matéria. Seguimos mais de perto os livros de Myers – *General history e Medieval and Modern History* – o de Colby – *Outlines of general history* – o de Robinson – *Hist. Of Western Europe*, - o de Allen *History topics* – o de Fredet e o de Collier – *Great events*; os autores franceses preferidos foram A. Mallet, Seignobos e Melin; os alemães, principalmente o *Lehrbuch der Geschichte* do Dr. W. Martens, Fr. Hommel, o resumo (ed. Italiana) de Webber, o austríaco F. Mayer e como auxiliar de etnologia o *Auszug aus der alt. Mittl. Und neueren Geschichte de Ploetz*; aproveitamos, ainda a nossa *História do Oriente e da Grécia* (2ª edição, já esgotada) (RIBEIRO, 1918, p. 1).

Mesmo apresentando essa longa lista de livros, o autor acrescenta que teve de “consultar diversos autores, antigos ou modernos, para esclarecimentos de uma ou outra dúvida” (idem, *ibidem*), no entanto deixa bem claro a natureza da publicação:

Não se deve buscar numa obra desta natureza coisas e informações que não se pode achar; o compêndio como diz Colby é sempre mais sugestivo que exaustivo. Serve para os que se iniciam, e cabe ao mestre a ampliação do que lhe parecer mais conveniente; o propósito de compreender ou exaurir todos os assuntos levaria a dimensões impróprias o resumo escolar.

Evitamos propositadamente as dissertações complementares que fazem o objeto próprio das chamadas histórias da civilização. Preferi-

mos a narrativa dos fatos e dos acontecimentos em que se pode fundar qualquer filosofia ou teoria da história. Evitamos minúcias e individualizações sem importância, e, por igual, não abusamos de datas e de nomes pouco significativos (idem, *ibidem*).

A história contemporânea não foi contemplada pois, o autor aponta que havia de se apurar melhor esse período. Em seguida, adverte quanto ao público-alvo:

Escrevendo para rapazes tivemos todo o cuidado em evitar asperezas e inúteis escabrosidades de que estão cheios, descuidosamente alguns compêndios. Nada lucraria a juventude em conhecê-las.

Enfim, acreditamos haver reunido de boa-fé os materiais de um resumo aceitável de História Universal e que poderá prestar algum serviço aos estudantes e aos examinandos da matéria; por isso não nos afastamos do programa de 1918 do Colégio Pedro II, instituto modelar entre os seus congêneres do ensino secundário. Foi esse o nosso único intuito (idem, *ibidem*).

Note-se que ao endereçar a obra ao nível *Secundário* o autor vislumbra um público masculino, segundo os padrões sociais da época. Diferentemente do que defendeu nos prefácios das diversas edições de *História do Brasil*, João Ribeiro insiste no caráter didático dessa obra, indicando que se trata de um livro didático que só serve a iniciantes. Só para termos ideia do contraste, veja-se o prefácio da segunda edição de *História do Brasil*:

Do sentido em que se deve tratar a história interna, Von Martius deu apenas indicações vagas e inexatas, mas caracterizou a multiplicidade de origens e de pontos de iniciação no vasto território; sem embargo da contestação de alguma crítica menos bem informada, **fui o primeiro a escrever integralmente a nossa história segundo nova síntese. Ninguém, antes de mim, delineou os focos de irradiação da cultura e civilizamento do país**; nenhum dos nossos historiadores ou cronistas seguiu outro caminho que o da cronologia e da sucessão dos governadores, caminho seguro mas falso em um país cuja história se fazia ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos (RIBEIRO, 1954, p. 22-23, grifo nosso).

Portanto, devemos entender as advertências em relação ao *História Universal* no contexto da carreira de João Ribeiro. Em 1918, era um dos críticos literários mais importantes do país, ao mesmo tempo, era também um dos historiadores de destaque. Seu *História do Brasil*, a princípio um livro didático, foi considerado um renovador das interpretações acerca da história nacional. No entanto, a trajetória profissional e as leituras de *História Universal* nos sugerem que esse trabalho não fazia parte de um projeto intelectual pensado por João Ribeiro. Com a súbita mudança que afetou a circulação transatlântica de impressos durante a Grande Guerra surgiu uma demanda por Histórias Universais ou Gerais produzidas no Brasil e João Ribeiro foi convidado a preencher essa lacuna de mercado.

A essa altura, seu nome era certeza de boas vendas e esse aspecto de marketing era vislumbrado por livreiros e editores. Assim, devemos entender esse manual como um produto específico dentro da lógica da incipiente indústria editorial na vertente didática e essa lógica industrial de produção letrada não era novidade para Ribeiro que, desde a década de 1880, escrevia para diversos jornais da capital federal.

Em relação aos objetivos desse estudo, devemos nos atentar para a lógica que preside a elaboração dos materiais didáticos. É a partir desse contexto que devemos ler os conteúdos. Os imperativos mercadológicos e curriculares explicam as escolhas pouco originais de João Ribeiro na organização dos assuntos e divisão dos capítulos. Também são essas pressões que o induzem ao olhar comparado, e a privilegiar os manuais ingleses como principal referência para a elaboração do seu.

Um dos grandes nomes das letras da época, Araripe Junior, destaca que os compêndios ingleses eram os melhores da época pelo seu aspecto didático. Isso explica a opção pelos ingleses já que esta não era uma escolha óbvia, pois os livros ingleses eram mais caros, a língua francesa naquele período era mais difundida e João Ribeiro nutria pre-

dileções pela cultura germânica. Portanto, a escolha dos ingleses como referência insere-se no contexto de um debate pedagógico e editorial entre grandes nomes do meio no Brasil.

Ribeiro era um crítico dos manuais de história franceses desde algum tempo. No prefácio da tradução do resumo de Giorgio Weber comenta:

A falta que há, em linguagem, de um bom resumo de História Universal, nas proporções que o programa do Ginásio Nacional exige, fez-nos aconselhar aos srs. Cunha & Irmãos, editores, a publicação de um compêndio que, como o conhecido resumo de Webber, correspondesse ao mesmo tempo aos reclamos do ensino e não consistisse, como os livros franceses usuais, de pura história da França com algumas vistas gerais sobre a história do resto do mundo (RIBEIRO apud BITTENCOURT, 2008, p. 122).

Em suma, podemos concluir que João Ribeiro era um crítico da abordagem francesa de História Universal, tinha uma formação germânica, um histórico de inovação na área dos didáticos e um grau considerável de autonomia na escolha do itinerário a seguir. Contudo, a despeito das variáveis elencadas, ao redigir seu manual, Ribeiro ecoou a cultura escolar do Colégio Pedro II, em que a tradição francesa fez sentir seu peso. Seu caso é um bom exemplo para se entender as forças que se interpenetram na composição dos livros didáticos, mostrando que o livro didático é um produto muito mais complexo que a mera expressão da vontade do autor.

Nesse sentido, não apenas o Islã foi abordado segundo o cânone orientalista do Oitocentos como a possibilidade de uma construção narrativa que repensasse – ou inserisse – o Brasil na História Universal foi descartada. Outro reflexo desse conjunto de forças atuando sobre a produção de Ribeiro é o fato dele contrariar seu próprio método. O autor adverte evitar minúcias e escabrosidades desnecessárias para uma compreensão global da História, porém, conforme se observa nos trechos citados anteriormente, ao abordar o Islã se permite muitas in-

cursões pela vida íntima de Maomé destacando a lascívia e reforçando o que poderíamos chamar de “representação orientalizada do oriental”.

Portanto, podemos concluir que as abordagens problemáticas – quando não completamente equivocadas – do Islã nos livros escolares e no Ensino de História fazem parte de uma cultura do ensino de história tão antiga quanto as primeiras cadeiras da disciplina no Brasil.

Referências

BARCHI, F. **O Islã nos livros didáticos**: antes e depois de 11 de setembro de 2011. Novas Edições Acadêmicas: Beau Bassin, 2017.

BILAC, O. **Registro – crônicas da Belle Époque carioca**. Ed. Unicamp: Campinas, 2011.

BITTENCOURT, C. **Livro didático e saber escolar**: 1810-1910. Autêntica: Belo Horizonte, 2008.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, set./dez. 2004.

_____. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 13, n. 27, jan./abr. 2009.

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Cia das Letras: São Paulo, 2010.

HALLEWELL, L. **O Livro no Brasil**: sua história. Edusp: São Paulo, 2012.

RIBEIRO, J. **História Universal**. Jacinhto Ribeiro dos Santos: Rio de Janeiro, 2018.

_____. **História do Brasil**. 14. ed. Livraria São José: Rio de Janeiro, 1954.

_____. Coluna literária. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 jan. 1929.

SAÏD, E. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Cia das Letras: São Paulo, 2007.

VIÑAO, A. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas**. Morata: Madrid, 2002.